

A OPERAÇÃO LIMPEZA EM PORTO ALEGRE – 1964: O CASO LÚCIO

THE CLEANING OPERATION IN PORTO ALEGRE – 1964: LUCIO'S CASE

Pedro Vicente Stefanello Medeiros¹
Matheus Fuscaldó Bellé²

RESUMO

Objetivamos neste texto analisar a implementação da “operação limpeza” no município de Porto Alegre, a partir do processo histórico de desenvolvimento do golpe civil-militar de 1964. Mediante os desdobramentos políticos de 31 de março daquele ano foi instaurado o Ato Institucional nº 1, cujos dispositivos suspendiam temporariamente as garantias constitucionais e legais dos servidores públicos e permitiam a investigação sumária dos titulares que tivessem atentado contra o regime “democrático” e a “segurança” do País. Em Porto Alegre, foi instaurada a “Comissão Especial de Averiguação”, que mediante uma chefia militar, penetrou todos os setores da administração municipal com o intuito de “investigar” e “afastar” os supostos servidores “subversivos”. Neste sentido, através dos documentos produzidos pela referida comissão é que pretendemos analisar como este processo repressivo se desenvolveu na capital rio-grandense a partir da perseguição ao municípioário Lúcio Olímpio do Amaral Vieira no alvorecer do regime ditatorial que se estenderia por mais vinte e um anos.

Palavras-chave: Ditadura. Repressão. Segurança Nacional.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the accomplishment of the “cleaning operation” in the city of Porto Alegre, based on the historical process of development of the civil-military coup of 1964. Through the political developments of March 31st of that year, Institutional Act No. 1 was established, whose provisions temporarily suspended the constitutional and legal guarantees of public servants and allowed the summary investigation of the holders who had attacked the “democratic” regime and the “security” of the country. In Porto Alegre, the “Special Investigation Commission” was established, which, through a military command, penetrated all sectors of the municipal administration in order to “investigate” and “fend off” alleged “subversive” officials. In this sense, through the documents produced by the aforementioned commission, we intend to analyze how this repressive process developed in the capital of Rio Grande do Sul from the persecution of the municipality Lúcio Olímpio do Amaral Vieira at

1 Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense- UFF. Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo. Bolsista CAPES/FAPERGS.

2 Graduado em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Mestre em Antropologia/Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

the dawn of the dictatorial regime that would last for another twenty-one years.

Keywords: Dictatorship. Repression. National Security.

INTRODUÇÃO

No dia 31 de março de 1964 se deflagra o golpe, iniciado em Minas Gerais sob comando militar do General Mourão Filho³, e político do Governador Magalhães Pinto. A derrubada do poder tinha como bandeira a defesa da liberdade e da democracia, frente à conspiração comunista estabelecida nos planos de reformas de base da atual presidência. Estes projetos, propostos pelo então presidente João Goulart, previam uma série de medidas que preconizavam uma maior intervenção do Estado na economia, bem como o desenvolvimento de reformas no âmbito agrário, educacional e eleitoral. Entretanto, há de se citar que o golpe se encaixa no contexto mais amplo da radicalização política global entre EUA e URSS⁴. É nítido que o impulso golpista se estruturou no elitismo e conservadorismo político da sociedade brasileira da época. No entanto, as forças civis e militares que articularam o golpe estavam longe de ser homogêneas.

Entre os apoiadores do golpe, é importante ressaltar, havia muitos que não desejavam a ditadura, por mais ingênuo que possa parecer, alguns idealizavam apenas o afastamento de um governo considerado perigoso devido à possível aproximação ao bloco soviético. Tampouco eram todos contrários à realização de reformas sociais, que, a propósito, muitos dos chefes do novo regime prometiam fazer, desde que respeitados os valores democráticos e cristãos. Parte desse segmento moderado logo perderia o entusiasmo pela intervenção militar e, nos anos vindouros, iria engrossar as forças de oposição. Porém, havia também partidários do golpe que perrenciam à extrema direita, como, por exemplo, antigos integralistas e outros tipos de anticomunistas radicais⁵.

Analisando as próprias Forças Armadas são vistos grupos distintos. No livro de D'Araujo, Soares e Castro⁶, formado por depoimentos de oficiais que articularam o golpe de 1964, temos, no mínimo, dois grupos presen-

3 Na época do golpe comandava o exército de Juiz de Fora, Minas Gerais.

4 LAMEIRA, Rafael Fantinel; PADRÓS, Enrique Serra. O Rio Grande do Sul no Olho do Furacão. In: Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964. V.1. Porto Alegre: Corag, 2009.p.52.

5 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p.35.

6 D'ARAUJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964. Nova Fronteira, 2014, p.60.

tes nas narrativas. Um mais intelectualizado, ligado às escolas superiores das Forças Armadas, apelidado pejorativamente de Sorbonne⁷, por conta do treinamento e influência dos militares franceses na sua formação. Enquanto o outro seria mais ligado à tropa, formado por pequenos conjuntos de oficiais de baixa ou média patente, com tênue coordenação⁸.

Em outras palavras, existia de tudo no barco golpista. Desde instituições, historicamente, defensoras de opiniões ultraconservadoras a exemplo da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP); passando por autoritários de vários matizes; nacionalistas de direita; e grupos liberais em geral, mais entusiastas da liberdade de mercado que da liberdade política.

Portanto, o Golpe Civil-Militar, visivelmente, foi um movimento sociopolítico que reuniu setores liberais e conservadores em torno de uma agenda hermética. Neste Artigo chamamos a atenção para as formulações da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Entendendo, de forma mais ampla, a DSN foi um esqueleto teórico que auxiliou a criação das ditaduras civis-militares da América Latina. Observando que a construção dos ensinamentos dela iniciou nos Estados Unidos, no contexto bipolarizado da Guerra Fria. Sua estruturação visava um combate internacional, alumiado por um conjunto de ações políticas e militares. O principal intuito era conter o avanço do “vírus comunista”, bem como, defender os cânones do capitalismo. As influências da doutrina serão sentidas pela América Latina, principalmente, após a Revolução Cubana de 1959 e darão início à emergência dos protagonismos militares por todo o continente⁹.

Neste sentido, é importante sinalizar que a DSN brasileira teve mudanças em sua estrutura e formulou novos conceitos. Os arquitetos do Golpe Civil-Militar basearam-se, fundamentalmente, nas características dos insurgentes brasileiros e nas teorias originadas e testadas na guerra da Argélia e do Vietnã¹⁰. Uma das principais variantes na doutrina brasileira foi a contraposição ao conceito de guerra revolucionária¹¹. Enquanto a original

7 Composto por oficiais como Castello Branco, Golbery do Couto e Silva, Ademar de Queirós, Cordeiro de Farias e Jurandir Bizarria Mamede.

8 D'ARAUJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Op.cit, p.17.

9 PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2005.

10 WASSERMAN, Claudia. Rio Grande do Sul celeiro do Brasil. In: Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964. V.1. Porto Alegre, Corag, 2009.

11 O conceito de Guerra Revolucionária o qual fazemos referência diz respeito àquele forjado pela Revolução Cubana de 1959, que se legitimava na luta contra o imperialismo e na tomada

americana privilegiava conceitos como guerra total e guerra nuclear, com o objetivo de amplificar o seu raio de ação beligerante, os militares latino-americanos, em sua maioria, brasileiros, produzem um novo conceito chamado de guerra ideológica, preocupados com o crescimento de movimentos sociais e da classe trabalhadora acentuaram o medo da subversão interna e da guerra revolucionária. Ao substituir as fronteiras convencionais entre Estados delimitados geograficamente, a ação repressiva se expande¹².

Os moldes do regime repressivo foram sendo esculpidos conforme a linha de inspiração dos militares que detinham o poder. As influências da linha dura¹³, por exemplo, atribuíram um novo conceito de soberania, o qual se baseia nas fronteiras ideológicas¹⁴. Esse conceito permite uma flexibilização na luta contra o avanço comunista, pois culmina na aliança entre exércitos ideologicamente alinhados, permitindo que fronteiras geográficas sejam ignoradas em prol da perseguição marcial. Com isso apreciamos o início da Teoria do inimigo interno em vários países da América Latina:

Teoria do inimigo interno induz o governo ao desenvolvimento de dois tipos de estruturas defensivas. Primeiro, o Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os –inimigos||, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista –indireta||. Tudo isso implica ainda a centralização do poder de Estado no Executivo federal, que poderá então operar o vasto aparato da segurança interna. Segue-se também que os setores mais intimamente vinculados à coordenação das forças repressivas e de informação vêm a ser os detentores de facto do poder no interior do Estado de Segurança Nacional¹⁵.

dos meios de produção por parte dos trabalhadores de forma imediata.

12 FERNANDES, Ananda Simões. A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu -inimigo interno no Uruguai (1964-1967): os órgãos de repressão e espionagem. Porto Alegre: ANPUHS, 2008, p.4.

13 A chamada linha dura foi representada pelos governos de Costa e Silva e Emílio Médici.

14 Diretriz, a qual, dentre outros aspectos, subordinou as fronteiras territoriais dos países geridos pela Doutrina de Segurança Nacional e legitimou ações de controle, perseguição e repressão ao inimigo interno. ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. Fronteiras Territoriais versus Fronteiras Ideológicas: A Geopolítica do Anticomunismo no Marco das Discussões sobre Terrorismo de Estado no Cone Sul. Espaço Plural. Mal. Cândido Rondon. v.2. n.27. p.178-194. 2012.

15 ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru/São Paulo: Edusc, 2005, p.48.

Algumas das principais características da DSN podem ser vistas de forma embrionária na Lei de Segurança Nacional do governo Vargas, tais como conceituação de ameaça política e subversiva e o aumento de poder aos órgãos de controle e repressão.

Deste modo, através de documentos da Comissão Especial de Averiguação, instaurada por uma chefia militar na estrutura administrativa da Prefeitura de Porto Alegre, tentaremos através de um caso específico, a perseguição de Lúcio Olímpio do Amaral Viera, evidenciar como se desenvolveu o aparato repressivo do incipiente governo ditatorial na capital gaúcha.

1 O Rio Grande e o Golpe

Assim, mesmo com a efetiva aplicação desses preceitos na forma de Golpe de Estado, o governo de João Goulart não fica inerte, o presidente inicia uma movimentação estratégica baseada no apoio obtido dos legalistas no ano de 1961. A ação consistiu na nomeação de Ladário Pereira Telles¹⁶, homem de confiança, para o comando do III exército¹⁷, e a ida para Porto Alegre a fim de montar sua base de luta. Jango queria firmar-se no apoio do Rio Grande do Sul, por conta de sua forte tradição trabalhista, que configurava grande suporte às reformas de base e que já haviam servido estruturalmente à Campanha da Legalidade.

Anunciada sua intenção é possível analisar um contexto diferente do de 1961, em Porto Alegre. Goulart possuía o apoio de Leonel Brizola ex-governador do Estado, de Sereno Chaise, então prefeito da cidade de Porto Alegre e do General Ladário Telles, recém nomeado chefe do III exército. Apesar de divergirem sobre as últimas posições políticas do presidente, essas figuras declararam seu apoio à legalidade do mandato de Jango, condenando as manobras golpistas. Em contrapartida, na oposição estava o então Governador do Estado, Ildo Meneghetti¹⁸, com sua base aliada há muito organizada: o General Gallhardo, o qual reclamava a chefia do III exército, núcleos como IPES, FEDERASUL e FIERGS, bem como setores conservado-

16 Em 1961 se manifestou favorável a posse do vice-presidente João Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros, contrariando o posicionamento do Congresso Nacional e da maioria das Forças Armadas.

17 O III Exército compreende contingentes dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná.

18 Meneghetti ganhou as eleições de 1962 com sua candidatura reforçada pela coalizão Ação Democrática Popular (ADP) onde se reuniam todos os partidos conservadores, além disso, teve sua campanha financiada pelo IPES e pelo IBAD desde 1961. O IPES, através do projeto Aliança para o Progresso (AP) recebeu dos Estados Unidos uma quantia de 4 milhões de dólares para estruturar campanhas contra o comunismo por todo o país. WASSERMAN, Cláudia. Op. cit. p.37.

res da Igreja Católica, Polícia Civil e Polícia Militar. A cisão política no Rio Grande do Sul era nítida e o apoio inclinava-se aos golpistas.

Em suas primeiras ações, Meneghetti¹⁹ deixa claro que uma nova Campanha da Legalidade teria dificuldades de se instalar RS. O Governador reuniu a imprensa e por decreto impediu que fossem publicadas notícias sobre uma nova frente de apoio a Goulart. Em resposta, Ladário ocupou com parte apoiadora do exército algumas emissoras de rádio e juntamente com Brizola e Chaise organizou uma passeata pela legalidade, que marchou para a praça da matriz com grande número de populares²⁰. Em resposta à mobilização, o Governador do Estado mobiliza a Brigada Militar com seu batalhão de choque para conter o ato, além de cercar o Palácio Piratini com suas polícias e alguns integrantes do exército. Entretanto, a presença do Governador em Porto Alegre estava ameaçada pela mobilização da oposição. Como estratégia para evitar as passeatas, Meneghetti muda de cidade indo a Passo Fundo, no interior gaúcho, onde reforça sua base política tornando a cidade a nova sede do Governo.

O esfacelamento da base legalista ocorre em pouco tempo, fissuras no III Exército²¹ ao longo da região sul e a perda do apoio da Brigada Militar selam o enfraquecimento da resistência. Frente a esses acontecimentos Goulart pousou em Porto Alegre no dia 2 de abril pedindo um encontro com sua base aliada. Após reunir-se com seus apoiadores julga não ter força suficiente para enfrentar o golpe, além de pontuar a grande chance de mergulhar o País em uma guerra civil. A opção de Jango acaba sendo o exílio em Montevidéu, pegando o avião no mesmo dia.

Após a ida de Jango ao Uruguai, Ildo Meneghetti retorna a Porto Alegre onde domina os pequenos movimentos de resistência ainda exis-

19 Desde o início de sua posse, Ildo Meneghetti já demonstra interesses contrários ao dos Presidentes, repreendendo o movimento rural dos sem terra, os sindicalistas, o movimento estudantil, recusa a missão comercial soviética na base de Canoas e se aproxima do embaixador americano Lincoln Gordon. *Idem*.

20 A iniciativa das emissoras de rádio garante um número considerável de populares são eles: Comando de reivindicações dos servidores do Estado, Frente Nacionalista do Magistério Gaúcho, Conselho Sindical Feminino, Comando dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul, Comissão dos Profissionais Liberais, Funcionários da Prefeitura Metropolitana, Associação dos Funcionários da CEEE, Sindicato dos Trabalhadores de Energia Elétrica em Porto Alegre, Sindicato dos Oficiais de Barbeiros e Similares, Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Porto Alegre, entre tantos outros... *Idem*.

21 As principais baixas de João Goulart no III Exército foram: A 3ª Divisão de Infantaria em Santa

Maria comandada por Poppe de Figueiredo; Comando Militar de Cruz Alta comandado por Adalberto Pereira dos Santos; 2ª Divisão de Cavalaria em Uruguaiana comandada por Joaquim Camarinha e a 3ª Divisão de Cavalaria em Bagé comandada por Hugo Garrastazú.

tentes. A articulação política financiada pelos institutos patrocinados pelo capital estrangeiro mostrava sua efetividade. Consolidava-se o Golpe de Estado, mas a planificação para um futuro governo acabava nele mesmo. Muitos trabalhos que analisam a estratégia pós-golpe da Ditadura Militar afirmam que os vencedores não tinham rumos claros sobre o que fazer após a conquista do poder, salvo a crença na necessidade de limpar o País e o sistema político de inimigos reais e imaginários²².

Motivados pela incerteza, em 9 de abril, é decretado o Ato Institucional nº1²³, marcando o início das medidas do governo militar destituídas de consulta popular ou legislativa. Através do AI-1 as garantias constitucionais eram suspensas por seis meses, estabelecia-se a eleição indireta para a Presidência da República. Além disso, possibilitava à suspensão dos direitos políticos, a demissão, a aposentadoria, a cassação de mandatos legislativos, e a transferência de militares para a reserva. Todas as medidas eram válidas através da comprovação de atentado contra a Segurança do País, como vimos na DSN, qualquer ato ou inclinação contrária aos preceitos do golpe.

No dia 11 de abril o Congresso elege Castello Branco por voto indireto, figura reconhecida dentro das Forças Armadas como um líder de prestígio. Além disso, o mais novo ditador contentava as camadas políticas, que esperavam retornar ao poder após a limpeza dos opositores. No entanto, Castello foi designado dentro de um escopo dividido, ele representava a ala intelectual da Escola Superior do Exército (ESG), em contraponto à chamada Linha Dura identificada com a figura de Costa e Silva²⁴.

O embate entre os entendimentos sobre o rumo do País é bem claro nessas alas do exército. Ajustado com o projeto norte-americano, Castello Branco se preocupava com a exposição dos crimes cometidos contra as liberdades individuais, mas não tanto com a prática deles. No caso de Costa e Silva, entendia que a caça aos opositores não devia ser escondida, pois eram os inimigos declarados da ordem social e política. Outro contraste residia em sua ideologia, o alinhamento com os interesses americanos colidia com seu nacionalismo militar, Costa e Silva via a relação exterior com os EUA como “entreguismo” da pátria. Faz-se importante frisar que apesar dos interesses político-militares, internos e externos, terem escolhido Castello Branco em comum acordo, a influência e as ações de Costa e Silva per-

22 Motta, Rodrigo Patto Sá. Op. cit, p.8.

23 Também conhecido como – Operação Limpeza decretado em 9 de abril de 1964.

24 Sucessor de Castello Branco na presidência ditatorial assumiria o cargo no fim de 1966 através do voto indireto. CARRION, Raul. A ditadura não foi uma criação de “homens maus”. In: Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”. V2. Porto Alegre, Corag, 2009, p.53.

meiam todo o contexto político emergente, posto que, para não desagradar uma camada influente das Forças Armadas, Costa e Silva foi nomeado Ministro da Guerra do governo Castello.

Os mecanismos postos em prática pelo primeiro ditador pós-golpe de 1964 eram sentidos antes mesmo de ele assumir o cargo, Castello já construía as medidas de extração da oposição quando ainda discutia-se quem seria indicado à presidência. Essas planificações deram início aos primeiros Inquéritos Policiais Militares (IPMs) desenvolvidos no período. Sublinhamos que o IPM não foi invenção dos golpistas. Tratava-se de procedimento investigativo integrante da Justiça Militar, previsto nos códigos normativos das Forças Armadas e também na Lei de Segurança²⁵ em vigor. A novidade em 1964 foi usar de maneira generalizada esse recurso previsto para investigar esporádicos crimes militares e políticos²⁶

Calcula-se que apenas em 1964 foram estabelecidos aproximadamente 760 IPMs espalhados pelo Brasil (MOTTA, 2014, p.49). O saldo das primeiras semanas no Rio Grande do Sul são centenas de pessoas presas, entre elas Sereno Chaise, prefeito de Porto Alegre. Brizola consegue fugir e se esconder, o jornal Última Hora é fechado, o PTB passa de 23 para 15 deputados na bancada após as cassações e as aposentadorias compulsórias, inúmeros professores da UFRGS são expurgados, bem como 48 oficiais da Brigada Militar acusados de apoiar Brizola. A ferramenta para isso foi o primeiro Ato Institucional, que tinha de fato o objetivo de limpar o País das mais diversas bases apoiadoras do antigo governo. Pode-se estimar entre 20 e 30 mil o número de pessoas detidas no momento do golpe, em maio de 1964 estimava-se que algo entre mil e três mil pessoas permaneciam encarceradas ao longo do território nacional²⁷.

Os artigos do AI-1 (Figura 1) permitiram tirar do poder qualquer pessoa que defendesse o antigo governo, que tivessem participado de greves e movimentos de esquerda anteriores, ou que reclamasse da legalidade do atual governo. Mediante o artigo 7º do mencionado Ato, o Regime congelava as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade dos servidores públicos. Em uma alteração do 1º parágrafo do citado artigo também postulava que através de investigações sumárias os titulares daquelas garantias poderiam ser demitidos, aposentados ou transferidos caso tenham cometido crimes contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública²⁸.

25 Nacional. ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit, p. 48.

26 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit, p.49.

27 Idem, p. 26.

28 BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da

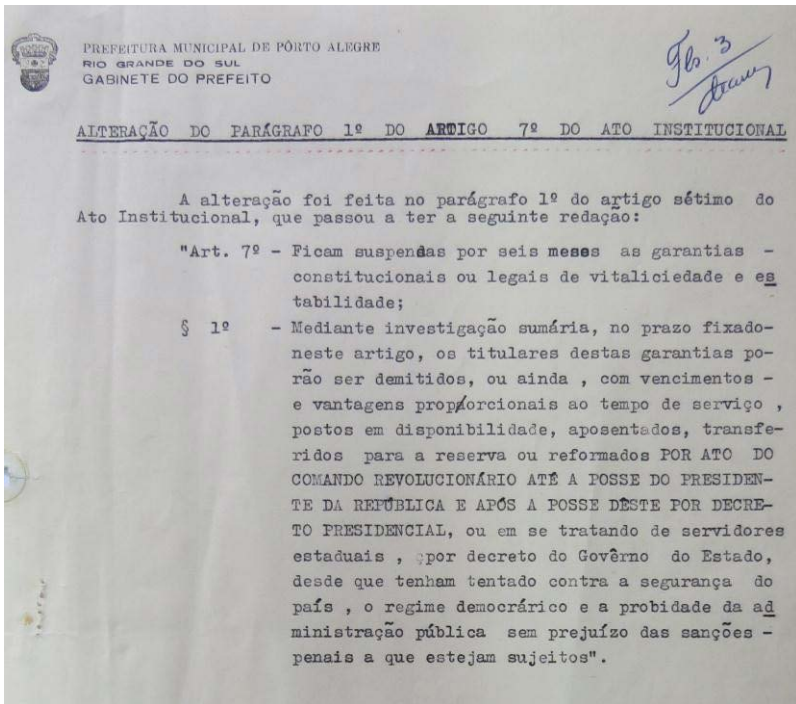


Imagem 1 - Ato institucional nº 1. CEA (Pasta 1) – Arquivo Histórico de Porto Alegre

Neste sentido, é interessante notar que estas ações, balizadas pela Doutrina de Segurança Nacional, se legitimaram na defesa do suposto Regime Democrático, em contraponto ao governo anterior que se encontrava em processo de “comunização”. Os mecanismos materializaram-se em processos unilaterais de apuração dos crimes cometidos contra o Estado e seu patrimônio, com um propósito que buscava a ordem política e social²⁹.

A expressão –Operação Limpeza foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados - comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. A metáfora da limpeza implicava também punição para os corruptos, mas, inicialmente, o alvo efetivo eram os inimigos políticos³⁰.

Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 9 abril. 1964.

29 BRASIL. Ato Institucional nº 1, Art 8º.

30 MOTTA, Rodrigo Patto Sá, Op. cit, p.25.

Em seguida apreciaremos como a Operação Limpeza foi desvelada no serviço público de Porto Alegre através da perseguição ao município, considerado subversivo, Lúcio Olímpio do Amaral Vieira.

2 A Comissão Especial de Averiguação e o Caso Lúcio

Em Porto Alegre, a aplicação do Ato Institucional no Serviço Público Municipal se deu através da constituição da Comissão Especial de Averiguação (CEA) (Figura 2), presidida pelo General Osório Tuyuty de Oliveira Freitas³¹. As operações da Comissão funcionaram da seguinte maneira: primeiro enviaram a todos os órgãos municipais uma solicitação para que os superiores compusessem uma lista com nomes de funcionários suspeitos de haverem cometido atos contra a segurança do Estado, ou também de manter relações com sujeitos considerados subversivos.

Posteriormente, esperavam o recebimento da listagem de suspeitos e os intimavam para depor. Os acusados tinham direito à defesa, contudo a Divisão de Ordem Política e Social da Polícia Civil, bem como os setores de inteligência do Exército trabalhavam em cooperação reunindo provas, as quais na maioria dos casos incriminava os suspeitos. Deste modo a referida Comissão concluía seus trabalhos demitindo ou aposentando compulsoriamente os servidores subversivos.

Assim, para compreender a dinâmica do poder coercitivo do Estado em Porto Alegre mediante a aplicação de ações efetivas da Doutrina de Segurança Nacional é interessante contemplar um caso ocorrido no Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE).

Em documento datado de 10 de junho de 1964 o Diretor Geral do DMAE, Engenheiro José de Assumpção Neto, enviou um ofício para a Comissão Especial de Averiguações em resposta ao pedido de delação do Coronel Tuyuty. Nesse documento, relatava os servidores de seu departamento que estavam envolvidos em atividades atentatórias à segurança do País e ao regime democrático. O Diretor citou 17 trabalhadores do DMAE e em especial outro servidor da Prefeitura vinculado à Secretaria da Fazenda, Lúcio Olímpio do Amaral Vieira (Imagem 3 e 4). Segundo Assumpção Neto, Lúcio teria penetrado indevidamente e sem permissão, alguns locais daquela autarquia, como a Usina do Recalque, a Estação de tratamento de água da Tristeza e da Lomba do Sabão, provocando agitação e desrespeito.

31 Comissão Especial de Averiguações (Pasta 01), instituída pelo Decreto n° 2764 de 15 de maio 1964.

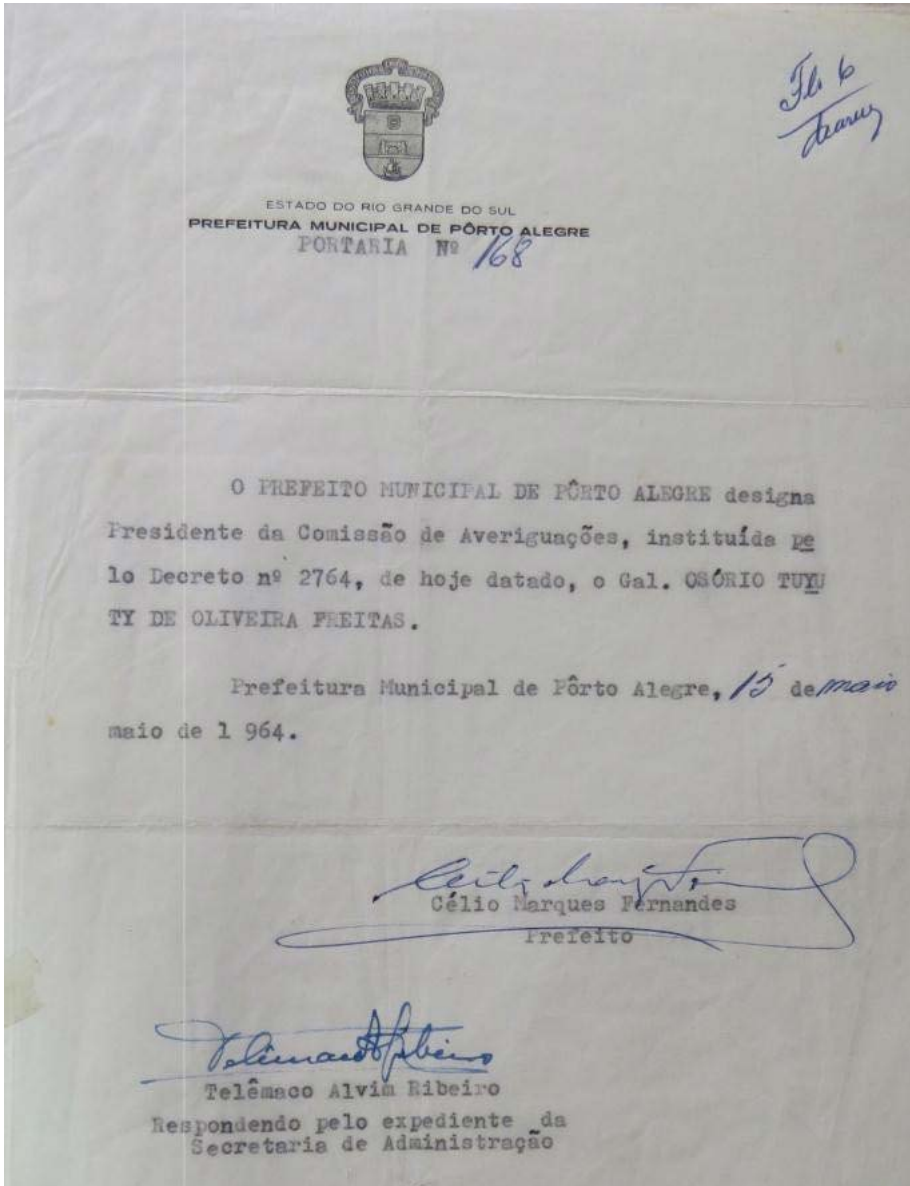


Imagem 2 - Documento de criação do CEA. CEA (Pasta 1) – Arquivo Histórico de Porto Alegre.

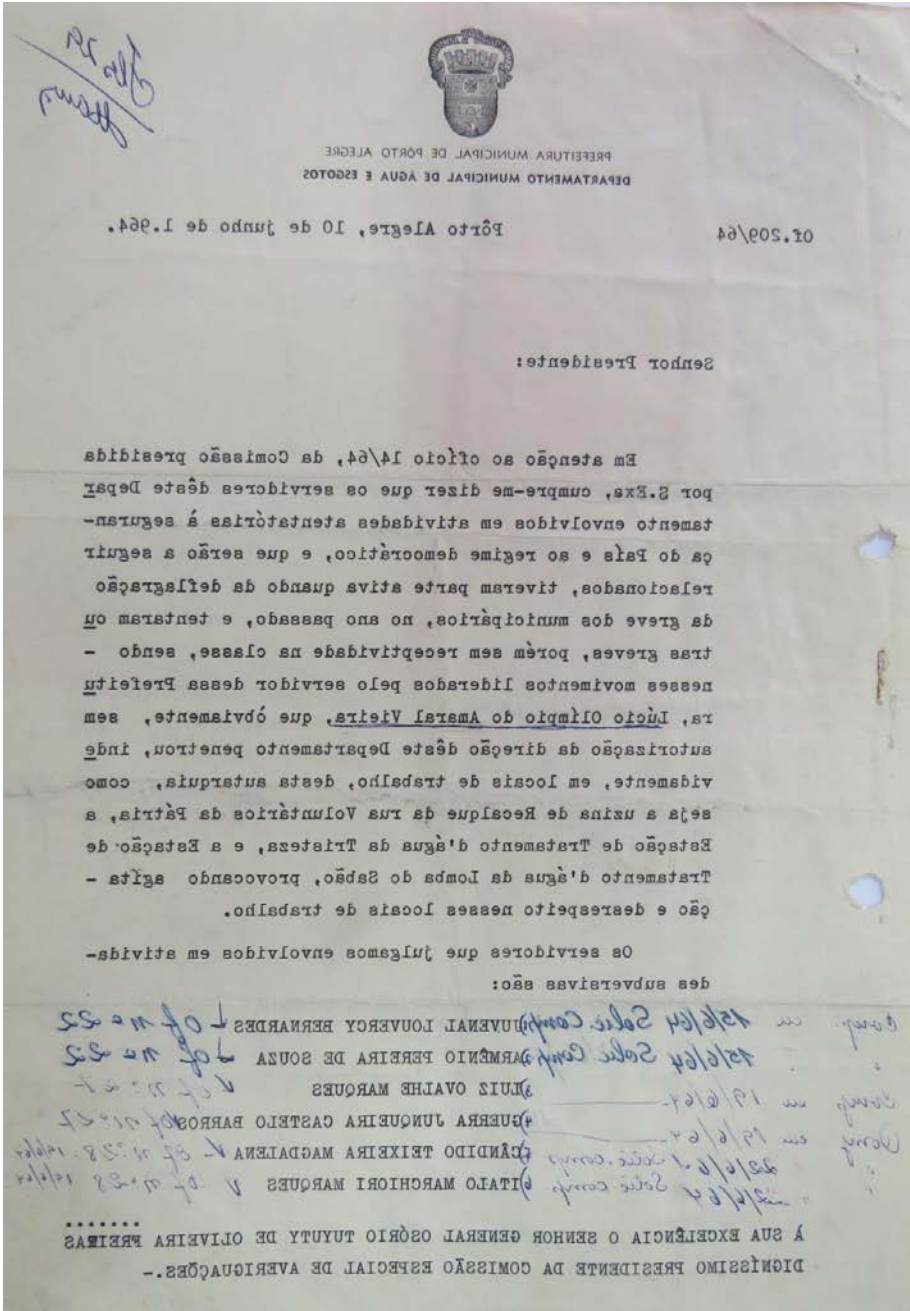


Imagem 3 - Ofício de delação do diretor do DMAE. CEA (Pasta 1) – Arquivo Histórico de Porto Alegre.

É interessante salientar que segundo relatório do Departamento de Ordem Política e Social de 28 de julho de 1964, Lúcio Olímpio do Amaral Vieira fora preso em 10 de junho, mesma data do ofício enviado a CEA pelo diretor do DMAE. Conforme o DOPS, Lúcio foi preso sob acusação de prática de atividades subversivas e de professar ideologia política contrária ao regime democrático vigente no País.

Em seu depoimento, prestado no dia 6 de julho de 1964, o Engenheiro José Assumpção Neto, ao ser perguntado sobre como recebera a Revolução de 31 de março, respondera que com ansiedade, pois já desejava que a mesma tivesse vindo muito antes. Este trecho evidencia o alinhamento do Diretor do DMAE com o regime, clarificando suas atitudes colaborativas com a operação limpeza na caça aos inimigos políticos. As convicções, implícitas na ação de José, solidificaram um instrumento base do regime, essencial para a disseminação da Cultura do Medo e do Terror de Estado (TDE).

Entendendo, a Cultura do Medo como fruto das práticas repressivas e da lógica da suspeição. Instala-se uma ordem social autoritária e desigual, com bases na própria sociedade civil. Vigiando a si próprios e delatando atitudes suspeitas ou mesmo subversivas. Com as práticas institucionalizadas do Terror de Estado, como o sequestro, a tortura física e psicológica. O governo ditatorial inclui na lógica do aparato repressivo a camada da população que não está envolvida nas lutas de oposição e transforma-os em auxiliares do sistema ditatorial³².

Em suma, o TDE identifica-se diretamente com a mudança política advinda da Doutrina de Segurança Nacional. Para muitos ele é visto como a guerra contra insurgente, na América Latina das décadas de 1960 a 1980. Analisado de forma mais complexa, consistiu em um sistema repressivo aplicado em grande escala pelas classes dominantes³³. O conceito é aplicado quando o terror passa a ser disseminado sistematicamente como política estatal. No intuito de reprimir, exemplarmente, grupos sociais ou indivíduos, considerados inimigos internos, para criar uma Cultura do Medo no restante da sociedade. Para tanto, o Estado extrapola os limites institucionais de coerção através de métodos totalmente ilegais e clandestinos para reprimir os seus próprios cidadãos que não se enquadram nos ditames do

32 BAUER, Carolina Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 - 30. Andar: terrorismo de Estado e Ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964- 1982)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

33 PADROS, Enrique Serra. Op. cit.

regime autoritário³⁴. As tendências implantadas no caso de Lúcio seguem nominalmente essa lógica, a suspeição através da sociedade civil, a rotulação do inimigo interno e a coerção individual.

Ainda presente nos documentos da CEA, o chefe do DMAE assinala que havia proibido a entrada de Lúcio em sua autarquia, dizendo que o mesmo exercera influência maléfica nos demais servidores. Ao ser questionado acerca da natureza de tal influência maléfica, José Assumpção relatou que Lúcio concitava os trabalhadores à greve e a rebeldia contra seus chefes os aconselhando à baixa produtividade. O Diretor Geral também reiterou que Lúcio realizava ameaças pessoais aos trabalhadores que não concordassem com ele.

É imprescindível salientar que Lúcio Olímpio do Amaral Vieira já vinha sendo vigiado pela polícia antes mesmo do dia 31 de março de 1964. Em ofício de 2 de outubro de 1963 encontra-se uma lista de informações acerca das atividades políticas e ideológicas de Lúcio (Imagem 4). Neste documento Lúcio é identificado como militante comunista e apoiador das inúmeras campanhas organizadas pelo, então extinto, Partido Comunista do Brasil. Segundo os documentos ele agia através de organizações consideradas frentes legais durante o período da ilegalidade. Também figuram no documento menções a um relatório de janeiro de 1950 feito pela Polícia de Cruz Alta, identificando Lúcio como Agitador comunista operando em Porto Alegre.

Dentre as demais referências, também consta que Lúcio havia participado, juntamente com outros vermelhos no comício contra a Lei de Segurança. Lúcio foi considerado pela Polícia como um dos oradores mais violentos às autoridades, constando em boletim de janeiro de 1959, que o mesmo se tornara presidente da Sociedade Espanhola dos Socorros Mútuos de Porto Alegre, onde se aproveitando do prestígio de seu cargo, pregava abertamente a doutrina comunista. Portanto em 28 de julho de 1964, 18 dias após a prisão de Lúcio Olímpio do Amaral Vieira, o DOPS elaborou um relatório completo acerca do histórico subversivo de Lúcio incluindo detalhes de monitoramento prévio e ostensivo.

34 REIS, Ramiro José dos. Metodologia do Terror de Estado no sequestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Rodriguez Días (1978-1983). S.l. Antíteses, vol.2, n.4, 2009, p.919.

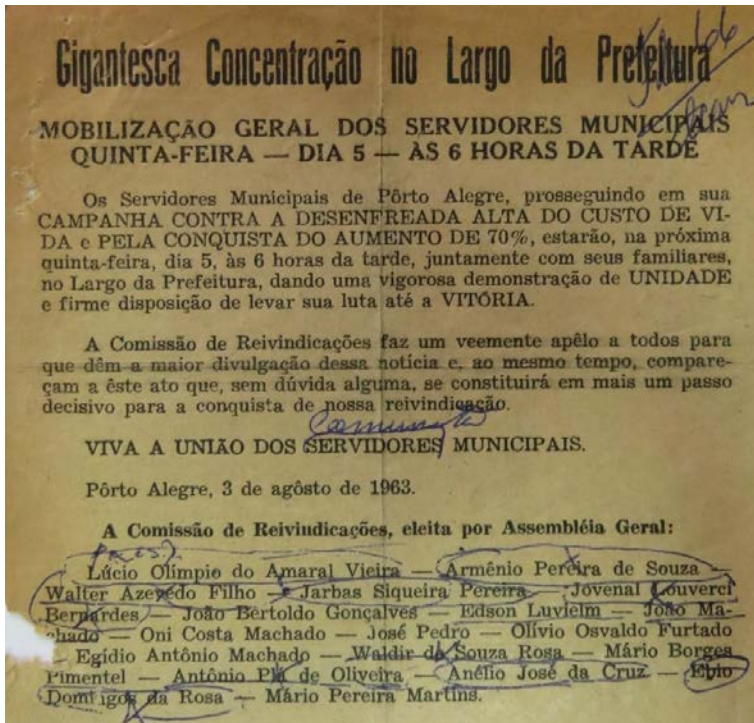


Imagem 4 - Recorte de jornal sobre ato de servidores municipais. CEA (Pasta 1) – Arquivo Histórico de Porto Alegre

Os programas de monitoramento e investigação existiam desde a reestruturação do DOPS no Estado Novo, como vimos, Getúlio estabeleceu relação estreita com a investigação e a repressão de seus opositores. Essa antiga estrutura vai ser usada indiscriminadamente na Ditadura, e a ela serão atribuídos novos métodos de ação. Entretanto, a Ditadura Militar se abastece de outros mecanismos adjacentes. Ao longo do governo de João Goulart, militares de alta patente notaram que em relação ao monitoramento dos opositores políticos:

(...) se fazia necessário ser melhor informado para não incorrer nos mesmo equívocos [de Goulart]. Essa seria a pecha para a criação de um sistema de monitoramento e de busca de informação extremamente eficaz e perverso. (...) o SNI, foi sintomaticamente criado logo no início do governo Castelo Branco, em fins dos anos 1960 foram instalados órgãos similares dentro das Forças Armadas, como o Centro de Informações do Exército, o CIE, e o Centro de Informações da Aeronáutica, o CISA. A Marinha, a força mais antiga, desde os anos 1940 possuía seu próprio serviço nessa

área, o Cenimar, embora inicialmente muito mais voltado para questões de segurança no litoral e para questões diplomáticas³⁵.

Ademais, o relatório, bastante rico em informações, atesta que em 1949, Lúcio Olímpio do Amaral Vieira era caixeiro viajante de um laboratório farmacêutico, com residência em Erechim-RS, costumando viajar até Montenegro-RS de quatro em quatro meses onde efetuava farta distribuição de propaganda comunista. Também identificado como um dos Dirigentes Vermelhos dos municípios de Porto Alegre, Lúcio foi acusado de afirmar em um comício em 1952 a necessidade do povo tourar em suas mãos as rédeas do governo.

Em 1953, Lúcio participou da Convenção Estadual Contra o Acordo Militar Brasil- Estados Unidos. Segundo os informes policiais, o subversivo teria afirmado que o Governo não tinha mais força para conter a sanha dos tubarões e que a única coisa que se via o governo fazer era uma política entreguista que tinha por objetivo colocar a nossa pátria sob a atuação dos norte-americanos. Neste relatório, novamente, Lúcio é acusado de professar o marxismo.

Em seu depoimento, justificava a acusação de que comparecera a Usina do Recalque concitando e insuflando o pessoal que ali trabalhava a fazerem perturbações grevistas, que não incitou a quem quer que fosse a promover perturbações e disse que tais acusações não correspondem com a verdade. Na maioria de suas respostas, Lúcio negou as acusações que lhe foram feitas e não delatou nenhum de seus companheiros, também citados nas acusações.

Muitos outros casos são relatados nos documentos, a grande maioria dos subversivos sob inquérito tiveram direito um termo de defesa. Contudo, no caso de Lúcio Olímpio Amaral Vieira, não encontramos, ao menos nos documentos da CEA, nenhuma defesa anexada em seu nome. Por fim, alguns dias depois de seu depoimento, foi publicada a resolução formulada pela Comissão Especial de Averiguações. A CEA definia sua aposentadoria de acordo com o tempo de serviço, sem direito à convocação. Dentre as justificativas apresentadas, constam a maioria das acusações relatadas pelos informes do DOPS, como as acusações de incitação e liderança de greves e por sua atuação como militante comunista professando ideologias contrárias ao regime democrático instaurado no País.

35 D'ARAUJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Op. cit, p.15

Os documentos da perseguição institucional a Lúcio Olímpio Amaral Vieira materializam algumas das práticas perpetuadas pela Operação Limpeza, no entanto, não é usual o acesso, ou a existência dessas fontes. É notório que certas práticas não foram documentadas em papel. Toda a forma essa característica denota mais uma vez a importância da arqueologia aplicada nesse período.

Através dessas fontes podemos notar que Lúcio, como os outros, foi vigiado, investigado, denunciado, preso, inquirido e aposentado compulsoriamente. Não sabemos com certeza o que aconteceu com o mesmo no decorrer das operações, contudo, segundo um pedido de indenização³⁶ ao estado do Rio Grande do Sul, realizado por Lúcio Olímpio no ano de 1980, o mesmo alega ter sido preso e exposto às sevícias e maus-tratos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto foi possível analisar como a “operação limpeza” foi desenvolvida em Porto Alegre. A partir da montagem de um aparato repressivo no interior da estrutura burocrática do município, a inteligência militar investigou, inquiriu, perseguiu, reformou e repreendeu servidores municipais considerados “subversivos” e perigosos à segurança do País e ao regime “democrático”. Essas medidas repressivas aplicadas pelo Estado brasileiro, não foram inventadas depois de 31 de março de 1964. Embora elas tenham passado por um processo de sofisticação, muitas práticas já vinham sendo implementadas há décadas, muito em função da Doutrina de Segurança Nacional adotada por Vargas.

Contudo, com o recrudescimento das tensões da Guerra Fria, principalmente após a Revolução Cubana em 1959, muitos Estados latino-americanos instauraram governos ditatoriais com o apoio dos Estados Unidos, intensificando suas políticas de repressão. Portanto, é neste contexto que a “operação limpeza” da capital rio-grandense se insere. Mediante a lógica do Terror de Estado e da cultura do medo, é que autoridades alinhadas com o novo regime atuaram. Assim, no sentido de eliminar a oposição política e de “limpar” o serviço público de qualquer elemento considerado perigoso ao Estado “democrático” chancelado pela “Revolução de 1964”, muitos “Lúcios” foram perseguidos, não só em Porto Alegre, como também em todo território nacional, e até mesmo, fora dele.

36 RIO GRANDE DO SUL. DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO. Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil, Porto Alegre: CORAG, 2014.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2005.
- ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *Fronteiras Territoriais versus Fronteiras Ideológicas: A Geopolítica do Anticomunismo no Marco das Discussões sobre Terrorismo de Estado no Cone Sul. Espaço Plural*. Mal. Cândido Rondon. v.2, n.27, p.178-194, 2012.
- BAUER, Carolina Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 - 30. Andar: terrorismo de Estado e Ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964- 1982)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2006.
- BRASIL. Ato Institucional nº 1. Comissão Especial de Averiguação- CEA (Pasta 1). Arquivo Histórico de Porto Alegre. Imagem 1.
- BRASIL. Documento de criação do CEA. Comissão Especial de Averiguação-CEA (Pasta 1). Arquivo Histórico de Porto Alegre. Imagem 2.
- BRASIL. Ofício de delação do diretor do DMAE. Comissão Especial de Averiguação- CEA (Pasta 1). Arquivo Histórico de Porto Alegre. Imagem 3.
- BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 9 abril. 1964.
- CARRION, Raul. A ditadura não foi uma criação de “homens maus”. In: *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”*. V2. Porto Alegre: Corag, 2009, p.49-64.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. Nova Fronteira, 2014.
- FERNANDES, Ananda Simões. *A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu inimigo interno no Uruguai (1964-1967): os órgãos de repressão e espionagem*. Porto Alegre: ANPUHRS, 2008.
- LAMEIRA, Rafael Fantinel; PADRÓS, Enrique Serra. O Rio Grande do Sul no Olho do Furacão. In: *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964*. V.1. Porto Alegre: Corag, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro:

- Jorge Zahar, 2014.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 2005.
- PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964. V.1. Porto Alegre, Corag, 2009.
- RECORTE de Jornal sobre ato de servidores municipais. Comissão Especial de Averiguação- CEA (Pasta 1). Arquivo Histórico de Porto Alegre. Imagem 4.
- REIS, Ramiro José dos. *Metodologia do Terror de Estado no sequestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Rodriguez Días (1978-1983)*. S.l. Antíteses, vol.2, n.4, 2009.
- RIO GRANDE DO SUL. DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO. *Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil*, Porto Alegre: CORAG, 2014.
- WASSERMAN, Claudia. Rio Grande do Sul celeiro do Brasil. In: *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964. V.1. Porto Alegre: Corag, 2009, p.33-50.